

KRAWCZKYK, Nora Ruth; VIEIRA, Vera Lúcia. **A Reforma Educacional na América Latina no Ano 1990**. Uma perspectiva histórico-sociológica. São Paulo: Xamã, 2008.

VINÃO, A. **Sistemas Educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y rupturas**. Madri: edições Morata, 2006.

VICENT, G; LAHIRE, B; THIN, D. “**Sur l’histoire et la théorie de la forme scolaire**” Em G. Vicent (dirs.), *L’éducation prisonnière de la forme scolaire? Scolarisation et socialization dans les sociétés industrielles*. Lyon, Presses Iniversitaires de Loyn, pp. 11-48.

10.23.

Título:

Políticas públicas e a educação na qualidade de vida e empoderamento do idoso

Autor/a (es/as):

Oliveira, Rita de Cássia da Silva [Universidade Estadual de Ponta Grossa]

Oliveira, Flávia da Silva [Faculdade União]

Scortegagna, Paola Andressa [Universidade Estadual de Ponta Grossa]

Resumo:

O maior desafio deste século é a questão do envelhecimento da população e as mudanças nas pirâmides demográficas demonstram esta realidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) atualmente o Brasil possui cerca de 21 milhões de idosos, representando 11% da população. Este contingente tende a se ampliar significativamente e em 2025 serão 34 milhões de brasileiros idosos. Segundo a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) considera-se idoso a pessoa com 60 anos ou mais. Estas mesmas leis prescrevem a relevância da educação na velhice, entretanto será que a educação concretamente contribui para a melhoria da qualidade de vida e empoderamento nesta faixa etária? A velhice é uma fase da vida, que na sua complexidade exige uma investigação em diferentes aspectos (sociais, políticos, culturais, físicos, espirituais, psicológicos, educacionais, entre outros). Os estudos e as investigações sobre esta temática tem atraído profissionais de diferentes áreas de conhecimento, os quais vão ao encontro da demanda populacional na busca de esboçar melhores condições e qualidade de vida ao idoso, propiciando a este segmento etário, possibilidade de atualização, aquisição de conhecimentos, inserção e participação social. O

idoso, em diferentes situações é vítima de discriminação, marginalização, violência e desrespeito, porém, aos poucos, com maior conscientização do papel social que possuem, se articulam, se organizam para combater e superar este panorama de hostilidade. Esta pesquisa bibliográfica, descritiva, interpretativa, objetiva analisar as políticas públicas educacionais voltadas para o idoso; refletir sobre a educação permanente enquanto pressuposto teórico que fundamenta a educação para idosos; identificar o papel da educação como possibilidade de empoderamento dos idosos; identificar as universidades abertas para a Terceira Idade, inseridas nas instituições de ensino superior, como espaço de educação não formal, de inserção e articulação social dos idosos. A universidade, enquanto instituição por excelência voltada para a produção, disseminação de conhecimentos, e pela educação em diferentes modalidades, não pode ficar restrita a faixa etária dos jovens, mas é comprometida também em ampliar sua função e responsabilidade social através de sua função extensionista, devolvendo à comunidade, em diferentes áreas, através de prestação de serviços, para a melhoria da qualidade de vida da população. A educação se constitui em um instrumento de empoderamento, o qual apresenta um caráter sistêmico e dinâmico, podendo ser psicológico e social. Ocorre nos níveis social, cultural, econômico, político e possibilita uma maior distribuição de poder na sociedade. As Universidades Abertas para a Terceira Idade, possibilitam, através de diferentes atividades pedagógicas, o empoderamento individual e, pela articulação, organização e mobilização dos idosos buscar o empoderamento social, na tentativa de uma sociedade mais equilibrada, justa e efetivamente democrática. As pesquisas na área da velhice ainda são incipientes no Brasil, mas na última década está se consolidando, tem fortalecido a temática através de grupos de pesquisa, além de uma maior produção científica e divulgação em eventos científicos de qualidade, em nível nacional e internacional.

Palavras-chave:

Políticas Públicas. Universidade Aberta para a Terceira Idade. Idoso. Empoderamento. Qualidade de Vida.

Introdução

O panorama deste novo século, iniciado há pouco mais de uma década apresenta um grande desafio para as sociedades, em especial, as que estão em desenvolvimento como a do Brasil, qual seja, o envelhecimento acelerado da população que resulta em uma nova demografia. O número de idosos, cada vez mais significativo, desperta uma inquietude generalizada e certa insegurança ao se perceber que as sociedades ainda postulam a figura do idoso como um indivíduo improdutivo, inútil e descartável.

Lentamente se esboça um novo paradigma para a velhice, entretanto muito se há de fazer para que se efetive uma mudança cultural, vislumbrando uma nova concepção desta faixa etária, um idoso ativo, participativo, integrado e usufruindo da sua cidadania.

Além da ampliação do contingente de idosos na sociedade brasileira, que hoje apresenta cerca de 21 milhões (IBGE, 2008), os idosos também estão atingindo uma idade cada vez mais avançada, não surpreendendo o grande número deles com mais de 80, 90 e 100 anos e melhor, com boa qualidade de vida.

Os idosos estão hoje em relevância na sociedade, na mídia, na busca de políticas públicas, tornaram-se objeto de estudos e pesquisas científicas, em uma tentativa de superar o enaltecimento da juventude em detrimento da velhice.

Esta mudança de mentalidade e conscientização da velhice como fenômeno natural, aliada a outros fatores que propiciam uma ampliação não apenas de anos de vida, mas também de qualidade de vida, deve combater situações discriminatórias e preconceituosas, considerando a singularidade e as potencialidades de cada indivíduo ao longo da vida.

Considerando que o homem é um ser inconcluso, que continuamente está se desenvolvendo, crescendo, se aprimorando, pode-se considerar a educação como um processo indispensável ao longo da vida, considerando aqui principalmente a questão da educação e do processo de ensino e de aprendizagem na fase da velhice.

Os idosos cada vez mais, diante desta transformação demográfica, se conscientizam da própria posição e papel que ocupam na sociedade, recusando-se a ficarem restritos em ambientes sem grande participação social, ou sem estímulos para se desenvolverem, ou serem lembrados com limitações ou perdas, ao contrário, reclamam e reivindicam maior reconhecimento social, atuam em diferentes espaços públicos e virtuais, com o intuito de conseguirem maior visibilidade e decorrente dela, mais atenção e reflexões sobre a velhice, mais políticas públicas com ações práticas, superação de preconceitos, maior valorização e respeito.

Muitas instituições estão preocupadas com o envelhecimento populacional e oferecem alternativas na área da educação para acolher esta faixa etária e instrumentalizá-los com conhecimentos, informações que os atualizem e favoreçam uma maior participação e exercício da cidadania. As universidades, cada vez mais, abrem um espaço para o idoso, ultrapassando barreiras e socializando, com a população, os conhecimentos produzidos.

Segundo Oliveira (1999, p.127) “É fato consumado o envelhecimento populacional do país, que sucede de maneira rápida, embora pouco se tenha feito em resposta a essa evidência, mesmo diante do alerta silencioso e impotente da própria população idosa”.

As políticas públicas também devem ser estabelecidas, incrementadas e justifica-se pelo imperativo demográfico no qual vislumbra-se o crescimento acelerado do número de pessoas com 60 anos ou mais; o aumento de gastos com as pensões e previdência social que tem grande repercussão social, inclusive na formação de profissionais para atenderem este segmento etário, os cuidadores, porque os idosos atualmente estão adquirindo maior visibilidade social e política como um segmento que cada vez mais se articula na reivindicação de seus direitos. Os idosos constituem um segmento etário de vulnerabilidade e que precisa de uma atenção especial, bem como mais atitudes práticas que venham a garantir não só os direitos como também uma vida digna e saudável.

A educação assume função importante para auxiliar na superação de situações de vulnerabilidade com que se defrontam os idosos, O envelhecimento conduz a uma mudança significativa nos papéis sociais, que precisam de uma re-significação tanto em nível micro, a família, como em nível macro, a sociedade.

Este artigo objetiva refletir sobre a educação ao longo da vida enquanto pressuposto teórico que fundamenta a educação para idosos, analisar a educação como possibilidade de empoderamento dos idosos; identificar as universidades abertas para a Terceira Idade como espaço de educação não formal, de maior inserção e articulação social dos idosos.

A investigação partiu de uma pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e interpretativa.

Em relação aos encaminhamentos metodológicos, estrutura-se esta investigação qualitativa, utilizando a dialética materialista para análise dos dados, considerando os movimentos e transformações na realidade, na qual o idoso se insere. Assim, busca-se entender o objeto real, na totalidade e complexidade, inserido no contexto histórico e social (CHEPTULIN, 2004).

Empowerment : uma possibilidade para o idoso?

O desenho demográfico da população mundial tem apresentado avanços significativos do número de idosos. Este fenômeno se faz presente nas sociedades indistintamente do grau de desenvolvimento, desta maneira, um dos grandes desafios delineados para o século XXI é equacionar as reais necessidades deste emergente perfil populacional, preocupando-se com a garantia de direitos e de qualidade de vida.

Na sociedade brasileira observa-se que o número de idosos, está aumentando continuamente, reforçando a quebra do paradigma da juventude populacional, pois o Brasil está envelhecendo, apresentando hoje cerca de 20 milhões de idosos, o que representa cerca de 11% da população.

Pensar em envelhecimento pressupõe refletir sobre um processo biológico que envolve a deterioração progressiva das condições de saúde, e este resultando na diminuição da capacidade funcional do indivíduo. Mas, esta diminuição não depende apenas do avanço da idade, como também das características individuais, dos estilos de vida e das condições de trabalho (CAMARANO; PASINATO, 2008, p.7).

O idoso, em muitas sociedades atualmente, é visto como uma pessoa com limitações, relacionando esta faixa etária a doenças, solidão, incapacidades de diferentes tipos (física, mental, laboral), isolamento, saúde precária, enfim, uma visão extremamente cruel e reducionista.

Entretanto, este panorama está mudando como resposta ao imperativo demográfico dos idosos, com um grande contingente, uma longevidade real, na qual se percebe que o número de cresce assustadoramente em nível mundial, apresentando lucidez e qualidade de vida, além de uma maior participação e intervenção social. Diante deste panorama, cada vez mais, a pessoa idosa está se empoderando.

O termo *Empowerment* já há muito faz parte da literatura brasileira, sendo traduzido como empoderamento (termo que será adotado ao longo do texto) no sentido de aumento de poder e como decorrência também maior autonomia no aspecto pessoal e no coletivo. Em especial este termo é utilizado quando se verifica um grupo que sofre discriminações, é estereotipado negativamente, sofre diferentes situações de opressão e violência, o que requer uma mudança e superação deste panorama de hostilidade.

O poder pode ser entendido como um processo de conscientização, no qual o indivíduo interage com o seu contexto social, conhece a si e ao mundo, transformando a si ao mesmo tempo em que é transformado pelo mundo. Esta maior criticidade e visão do mundo possibilitam uma maior capacidade de intervenção e controle das situações. O idoso encontra-se entre os grupos que são marginalizados e oprimidos caracterizados pelo que Freire chama de cultura do silêncio. Nesse sentido ocorre a transformação social entre os que detém ou não o poder e resulta em uma distribuição com maior equitatividade (2005).

Nesta nova visão, os idosos, irão desempenhar um papel mais ativo, desenvolvendo suas habilidades e assumindo a postura de protagonistas legítimos do próprio desenvolvimento (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Segundo Oliveira et al (2010, p. 5),

Podem-se distinguir quatro formas básicas de poder: cultural, social, político e econômico. Estas diferentes roupagens assumidas pelo poder não se excluem, ao contrário, se complementam e beneficiam no seu conjunto o progresso do indivíduo, da

família ou do grupo. Compete a cada um dos grupos sociais promover o seu próprio desenvolvimento, entendendo que desenvolvimento é a distribuição mais equilibrada do poder entre os indivíduos na sociedade.

Considerar que para um grupo se empoderar, é necessário que outros grupos diminuam ou percam o poder não corresponde a realidade. Quando se considera que hoje se vive a era do empoderamento, implica que outros grupos que se encontram à margem do poder, necessitam de apoio para empoderar-se, logo todo grupo possui poder variando conforme o contexto em que está inserido, entretanto possibilita o aumento do poder dos grupos mais desprovidos. Certamente o empoderamento dos idosos levará a consequências sobre o poder exercido pelos demais grupos.

Tanto empoderados como desempoderados constituem duas faces de um mesmo processo social que pelo contínuo movimento, ora pela exclusão, ora pela complementariedade estruturam e compõe o todo que dinamiza o processo de desenvolvimento.

Não existe na sociedade brasileira uma cultura do envelhecimento e desta maneira, é ruim ser velho porque esta fase da vida é vulnerável por ser revestida de preconceitos e estereótipos negativos, os quais não se comprovam cientificamente, mas que geram uma vitimização cultural deste segmento etário. Entretanto, os idosos se organizam e mobilizam-se para buscar um maior espaço, participação e reconhecimento social, apresentando um desafio ou até mesmo, por muitos considerados como uma ameaça às estruturas sociais estabelecidas.

A vulnerabilidade social dos idosos pode ser atribuída a medida que o idoso é considerado, na sociedade capitalista, como socialmente improdutivo, com difícil acesso ao mercado de trabalho, o que exige que fique na informalidade ou se submetendo a empregos de segunda qualidade e com baixa remuneração. Essa situação é reforçada pela incapacidade de muitos idosos serem economicamente independentes ou mesmo por não alcançarem uma autonomia social e até mesmo simbólica.

O empoderamento transforma cada indivíduo em protagonista da história, que intervém, participa, influencia e transforma o meio em que vivem.

Pode-se considerar que o empoderamento individual auxilia as pessoas a conquistarem sua própria autonomia, controle sobre sua vida, exercício da cidadania pelo desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências individuais, mas que influencia no coletivo, propiciando uma maior articulação de seus pares, em diferentes situações, articulando e mobilizando a comunidade em busca do empoderamento coletivo. O desenvolvimento das

competências e habilidades individuais, supõe em nível macro, pela participação, o desenvolvimento social.

Paulo Freire defendia a ideia de empoderamento dos indivíduos através do processo de conscientização política e cidadã, da educação dialógica, do conhecimento do mundo em que cada um se insere e através da crítica e do reconhecimento deste contexto, cada um possa se inserir e atuar para o desenvolvimento de si e do mundo. A educação deve ser vista como prática libertadora, superando a visão tradicional de educação, na qual o aluno é apenas receptor de informações e conhecimentos, sem intervir, fortalecendo uma relação vertical em que o professor exerce o poder sobre os alunos, a educação bancária citada por Freire. Cabe lembrar que segundo o referido autor, ninguém ensina ninguém, porque o processo de aprender é recíproco, logo eu enquanto ensino, também aprendo e vice-versa (2005).

Aqui se pode considerar a educação enquanto prática social a medida que for comprometida com a inserção social, resgate da cidadania, da autonomia, pela valorização e elevação da autoestima e de maior reconhecimento social, considerando a especificidade do segmento idoso.

O conhecimento passa a ser um instrumento eficiente e necessário para o empoderamento, em especial, para os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

Este empoderamento em diferentes níveis, social, cultural, econômico e político a longo prazo possibilitará reequilibrar a estrutura de poder dentro da sociedade e contribuir para elaborar um outro paradigma de velhice.

O empoderamento no Brasil, nos anos de 1990, constituiu como objetivo a busca da promoção do desenvolvimento social, abrindo assim espaço para a consolidação de diferentes intervenções práticas voltadas para o idoso, entre elas as UATI.

A Educação para a pessoa idosa: educação não formal e educação permanente

A educação ocupa papel fundamental na formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e consciente da sua própria velhice. Por meio da ação pedagógica que se oportuniza uma maior inserção social, além da formação da pessoa idosa, enquanto ator social, mobilizado em rede, terá possibilidade de articulação, passará a exigir mais respeito, dignidade e um compromisso sócio-político a propósito dos seus direitos.

Além de propor e ser agente da ação que transforma, a educação é um direito elementar de todo ser humano, independente da idade, numa percepção educacional ao longo da vida, preconizada pela Unesco.

Como afirmam Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2011, p. 90),

[...] tão fundamental quanto à cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade, é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intensiva e intencional para que este sujeito se perceba, entenda seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados.

A educação é considerada como um direito fundamental, que está incluso em algumas políticas públicas destinadas para o público idoso, todavia, ainda não existe nenhuma política que referencie exclusivamente a educação para a pessoa idosa. No Brasil, a legislação educacional contempla a Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental, médio) e o Ensino Superior, juntamente com as modalidades de ensino (ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação especial, entre outras), mas quando se pensa no idoso, este fica deslocado. O idoso encontra-se incluso em legislações específicas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Nas legislações referentes ao idoso, observa-se que a educação possui destaque. No artigo terceiro da Lei 8842/94, propõem-se a melhoria das condições de estudo para que os idosos possam aprender com mais facilidade, criando programas voltados ao idoso, além de educar a população para melhor entender o processo de envelhecimento.

Segundo o Estatuto do Idoso (Lei 10741/03), no Capítulo 5, nos artigos 20 ao 25, estabelece-se que o idoso tem direito à educação, respeitando a peculiar condição de sua idade. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, havendo cursos especiais para que o mesmo integre-se à vida moderna, além de apoiar a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e publicações de livros e periódicos com conteúdos adequados à população idosa.

A educação, além de direito para a pessoa idosa, como expresso em lei, representa a possibilidade de mudanças conceituais em relação ao envelhecimento e a velhice. Uma ação educacional que contemple esta temática dentre um de seus eixos conduz a flexibilidade em relação ao processo de envelhecimento populacional, como também facilita a própria aceitação da condição de pessoa idosa.

A educação deve ser vista como um processo, um fato existencial e um fato social. É considerada como um fenômeno cultural e não consiste na formação uniforme de todos os indivíduos porque se desenvolve sobre o processo econômico da sociedade. A educação é uma prática social, situada historicamente, em uma realidade concreta, englobando diferentes aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos. É em si uma atividade teleológica, sempre

visa um fim, sendo um fato de ordem consciente, um processo exponencial, com uma essência concreta e de natureza contraditória (PINTO, 1989). A toda concepção de educação existe subjacente uma visão de mundo, de homem e de sociedade; baseada nestas concepções se determinam os fins a serem atingidos pela educação, tornando possível se pensar numa transformação cultural e na própria sociedade.

Relativa à condição essencial de prática social, a educação tem função essencial junto à pessoa idosa. Os processos educacionais não podem somente estar atrelados à escolarização, mas as demais possibilidades, comumente encontradas nas práticas de educação não-formal. E, são nestes espaços que muitas vezes o idoso encontrará vez e voz, efetivando a participação cidadã.

Entretanto, a pessoa idosa não se tornará crítica e consciente de seus direitos pelo fato que os mesmos encontram-se prescritos. Para que haja mudança de paradigma, passando do idoso inativo para o idoso participativo é necessário que a educação se atrele a este processo e possibilite que as mudanças possam ocorrer.

Assim, para que haja educação para a pessoa idosa, é preciso necessariamente que o diálogo ocorra. Como considera Paulo Freire, é preciso aprender a leitura de mundo. Neste sentido, é necessário trabalhar com a conscientização e apropriação de conceitos, direitos e contextos.

A pessoa idosa precisa ser contemplada pelo processo educativo, na educação formal e não formal. Nestes contextos, o direito de aprender deve pressupor qualquer ação e fundamentar projetos e programas que permitam ao idoso além de aprender, uma melhor qualidade de vida.

“Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados” (FREIRE, 1979, p. 61). Assim, cabe a educação estabelecer uma relação democrática entre a política e os sujeitos deste paradoxo educacional, a fim de re-ordenar e reconstruir gradativamente um processo ensino-aprendizagem pautado na construção e re-construção crítica, reflexiva e democrática dos conhecimentos, na qual todos os indivíduos presentes neste meio possam desenvolver-se e constituírem-se como cidadãos atuantes e conscientes.

Ao se pensar a educação como uma ação permanente e que o processo de aprendizagem ocorre durante toda a vida do homem, não evidencia apenas uma evolução do pensamento pedagógico, trata-se de uma necessidade de constante atualização num ambiente globalizado onde as mudanças são rápidas e contínuas, permitindo que o homem evolua segundo estes preceitos (OLIVEIRA, 1999).

Para Pinto (1989, p. 39), “a educação não é uma conquista do indivíduo”, mas sim “uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente”.

A evolução social decorre da ação educacional. Assim, a educação para a transformação implica num caráter permanente, tanto para que a sociedade possa se desenvolver, quanto para que o indivíduo possa estar integrado a este desenvolvimento.

Nesse ponto, Gadotti (1984, p. 69) afirma que, “a educação permanente visa uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a ideia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução”. A estrutura educacional começa a ser pensada num outro viés, emergindo do pensamento escolar, não o descaracterizando, mas assegurando que o processo de aprendizagem não se efetiva apenas nos bancos escolares.

Nesta perspectiva, “imprescindível é reconstruir uma completa e compreensível imagem da educação ao longo da vida nas diferentes sociedades, levando-se em conta as crescentes aspirações e demandas para atuar com mais autonomia e competência” (PALMA, 2000, p. 103). A sociedade atual está exigindo uma nova postura do homem, com mais capacidades e conhecimentos, e este desenvolvimento somente poderá ocorrer por meio de uma ação educacional consciente e que aconteça de maneira permanente, permitindo a atualização constante.

A educação permanente representa uma necessidade de ampliação da participação ativa do homem no contexto social e cultural, visando uma melhoria nas relações interpessoais, na qualidade de vida, na compreensão de mundo e na esperança de futuro melhor e mais digno. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central é só aprender, mas principalmente viver para aprender, estando integrado e interagindo com quem se encontra ao seu redor (OLIVEIRA, 2007).

A educação deve desenvolver o sujeito como um todo, permitindo que este esteja integrado a sociedade, com uma participação ativa e consciente. Pensar num desenvolvimento integral permite refletir numa educação permanente que vise a superação da marginalização social, possibilitando uma formação contínua, que tenha como princípio elementar a prática social e o desenvolvimento do homem em sua totalidade.

A educação permanente possibilita o desenvolvimento do capital humano (MOODY, 2008). Desta maneira, a mesma deve estar vinculada para que realmente este capital se desenvolva, independente da classe social ou situação de marginalização em que o indivíduo esteja inserido, permitindo que o desenvolvimento intelectual, social, cultural e político ocorram.

Então, percebe-se a necessidade de uma ação educacional voltada para a pessoa idosa, num caráter de educação permanente. Nota-se que quando a educação torna-se permanente na vida

dos idosos, é possível encontrar um novo sentido em viver, mesmo quando já se encontram desacreditados pela própria sociedade.

Mosquera (1975, p. 141) conclui que “educação permanente é universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço”.

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais percebe-se que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser um novo agente social. “Gradualmente, a visão de idosos como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 257-258).

A educação apresenta-se como propulsora da transformação social, pois é através dela que além da aquisição de conhecimentos, o processo de socialização se intensifica, o empoderamento torna-se possível e a formação de um sujeito crítico e reflexivo se consolida.

A educação ocupa papel fundamental na formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e consciente da sua própria velhice. Nesta mesma perspectiva, é também através da ação pedagógica que se oportuniza uma maior inserção social, além da formação do idoso enquanto um ator social, que mobilizado em rede terá possibilidade de articulação e passará a exigir mais respeito e dignidade, e um compromisso sócio-político a propósito dos seus direitos.

Nesta esfera, percebe-se que a educação além de propor e ser agente da ação que transforma, é um direito elementar de todo ser humano, independente da idade, numa percepção educacional permanente. Logo, o idoso tem direito à educação, não apenas como instrumentalização ou compensação, mas como espaço de questionamento, decisões, capacitação e acima de tudo, diálogo.

Universidade Aberta para a Terceira Idade

As Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI) têm sido disseminadas nas diferentes universidades pelo mundo como uma estratégia de empoderamento do idoso, uma educação não formal e educação permanente ao mesmo tempo que os instrumentaliza com conhecimentos, informações, possibilitando e legitimando o exercício pleno da cidadania.

Estas UATI privilegiam a educação não formal caracterizando-se pelo encontro de gerações, a não-obrigatoriedade de frequência, a ocorrência de ações e experiências em espaços e tempos mais flexíveis não restritos aos fixados por órgãos reguladores (SILVA, 2006).

A educação não formal, ao contrário da educação formal, caracteriza-se por não ter a preocupação de desenvolver um currículo pré-definido, um currículo que se faz principalmente baseado em desejos, necessidades e interesses das pessoas que constituem os grupos envolvidos em ações e práticas desse campo educacional (SILVA, 2006, p. 9).

Segundo Gohn (2006) a educação não-formal representa várias dimensões, como a aprendizagem dos direitos numa perspectiva política, desenvolvimento de potencialidades, exercício de práticas comunitárias e sociais, aprendizagem que capacite para uma leitura de mundo, transmissão de informações, como também a formação política, social e cultural. A educação não formal acontece em compartilhamento de experiências, em espaços e ações coletivas e cotidianas.

Nesta perspectiva da educação não formal, as UATI buscam “oferecer possibilidades de experiências e vivências para que se público faça novas escolhas e opções pessoais e sociais [...]” (SILVA, 2006, p.9), além de oferecer conhecimentos, informações dentro de uma perspectiva de educação permanente.

As UATIs possibilitam também aos idosos ascenderem em três grandes áreas de empoderamento: o poder como maior confiança na capacidade pessoal para levar adiante algumas formas de ação; o poder como aumento das relações efetivas que as pessoas desprovidas de poder podem estabelecer com outras organizações; o poder como resultado da ampliação do acesso dos recursos econômicos, tais como crédito e insumos.

Assim, as UATIs fundamentam-se na concepção de educação permanente, educação não formal e auto-realização do idoso. Estruturam-se numa abordagem multidisciplinar, priorizando o processo de valorização humana e social da terceira idade, analisando constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos; biopsicológicos, filosóficos, político, espiritual, religioso, econômico e sociocultural.

Preocupa-se em proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida, tornando-o mais ativo, alegre, participativo e integrado à sociedade. Segundo Silva (2006), tanto a arte, como a cultura e o esporte são meios para a educação não-formal, os quais possibilitam aos sujeitos o auto conhecimento, além da percepção de pertencimento e inserção na sociedade.

Os diferentes programas oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior são formas alternativas de atendimento ao idoso, visando além da valorização dessa clientela, maior conscientização da sociedade em geral a respeito do processo de envelhecimento da população do nosso país que é uma realidade.

Com a inserção do idoso na comunidade universitária, a integração entre gerações ocorre necessariamente, fomentando debates sobre as questões que envolvam essa faixa etária, analisando preconceitos e discriminações ora sustentados socialmente e que se apresentam sem fundamentação científica.

O próprio idoso, ao se conscientizar de seu espaço na sociedade, terá de si mesmo uma visão mais otimista, considerando-se produtivo, útil, capaz de muito ainda colaborar para a sociedade na qual está inserido.

Assim, as UATIs se constituem como espaços de educação não formal, fundamentada teoricamente na educação permanente, caracteriza-se por transitar em espaços sociais nos quais os contornos educativos não são bem delimitados. Nestes espaços, o processo de empoderamento torna-se possível para os idosos, pois por meio da aquisição de conhecimentos e aprendizagem políticas de direitos, este grupo ultrapassa uma realidade de exclusão e marginalização, para a constituição de um grupo social e politicamente ativo.

A Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI) na UEPG: um sonho concretizado

A UATI, criada em 1992, estrutura-se com abordagem multidisciplinar, priorizando o processo de valorização humana e social da terceira idade, analisando constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos; biopsicológicos, filosóficos, político, espiritual, religioso, econômico e sócio-cultural.

O Curso da UATI fundamenta-se na concepção de educação ao longo da vida, na modalidade não formal voltada a auto-realização do idoso. Ressalta-se que a educação ao longo da vida é um conjunto de experiências educativas apresentando-se como hipótese para o futuro diante das mudanças sociais, econômicas, culturais que se apresentam à nossa sociedade, integrando os diferentes meios de instrução e formação. Constitui como uma necessidade de ampliar a participação dos indivíduos na vida social e cultural, visando a melhoria nas relações interpessoais, qualidade de vida, compreendendo o mundo e tendo esperança de futuro.

A UATI possui como objetivos:

- Proporcionar uma melhor qualidade de vida, tornando o idoso mais ativo, alegre, participativo e integrado à sociedade;

- Ampliar o convívio social do idoso;
- Possibilitar o desenvolvimento de potencialidades intelectuais e habilidades por parte do idoso;
- Valorizar a pessoa do idoso proporcionando sua atualização cultural e aquisição de conhecimentos nos aspectos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, biopsicológicos, gerontológicos e integração social;
- Respeitar e valorizar experiências de vida e profissional, especialmente dos aposentados e donas de casa, contribuindo efetivamente como monitores nas ações comunitárias;
- Possibilitar um convívio intergeracional;
- Favorecer a implantação de leis para os idosos;
- Desenvolver a função universitária de ensino, pesquisa e extensão, voltada à atenção e à promoção humana, na fase do envelhecimento.

Com a inserção do idoso na comunidade universitária, ocorre a integração entre gerações, estimulando reflexões e questionamentos sobre os diferentes aspectos que envolvem essa faixa etária, analisando preconceitos e discriminações que são cristalizados socialmente embora sem fundamentação científica.

O Curso estrutura-se em quatro grandes eixos articuladores, nos quais baseiam-se as disciplinas oferecidas, são eles: saúde, nutrição e qualidade de vida, cultura e arte; esporte e lazer; direito, empoderamento e cidadania.

As UATIs possibilitam o empoderamento individual, favorecem e estimulam o empoderamento coletivo, uma vez que desenvolvem em cada idoso a autoconfiança, a capacidade crítica, a participação, a organização, a solidariedade e o capital social.

Considerações finais

O empoderamento psicológico e individual possibilitará uma maior articulação, participação, engajamento político e social, não só individual, mas também coletivo para transformar a realidade, que por inúmeras vezes se apresenta hostil ao idoso.

Muitas são as iniciativas para fortalecer o espaço social e a participação do idoso na sociedade brasileira, mas a educação apresenta-se como forte estratégia de intervenção e de abertura para a conquista deste empoderamento individual e coletivo.

“O poder também está relacionado com o conhecimento o qual consiste em uma fonte de poder e uma forma de adquiri-lo” (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 11). Assim, todo conhecimento

adquirido pode interferir e alterar as relações existentes, na medida em que este legitima a autoridade. Contrapondo-se a isto, a ausência de conhecimento implica em carência de poder.

O conhecimento passa a ser um instrumento eficiente e necessário para o empoderamento, em especial, para os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

As Universidades Abertas para a Terceira Idade têm oferecido espaços educativos, que proporcionam ao idoso, além de um espaço agradável de convivência, de ampliação de seus laços afetivos, possibilita o desenvolvimento de habilidades, competências, autonomia, proporcionando o empoderamento individual e a busca do empoderamento coletivo pela articulação, engajamento, mobilização do idoso em busca de seus direitos, reconhecimento social como protagonista da sua história e integrante no desenvolvimento da sociedade.

Como enfrentamento de um dos grandes desafios impostos nesse século esboça-se um novo Paradigma de Velhice. Este empoderamento do idoso em diferentes níveis social, cultural, econômico e político possibilitará uma maior distribuição de poder na sociedade.

As Universidades Abertas para a Terceira Idade despertam o idoso para a mobilização como protagonistas da história, conscientizando-os de suas condições para continuar aprendendo, desenvolvendo-se, valorizando-se, contrapondo e denunciando atitudes de violência, discriminação e desrespeito ao idoso, esboçando a possibilidade de serem superadas pelo empoderamento individual e coletivo, propiciado pela educação como prática cotidiana e de liberdade.

Referências

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. (2004). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

_____. (2008). *Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta da força de trabalho brasileira*. Texto para discussão n. 1326. IPEA: Rio de Janeiro, 2008

CHEPTULIN, A. (2004). *A dialética materialista*. São Paulo: Alfa-Ômega.

FREIRE, P. (1979). *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1996). *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GADOTTI, M. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOHN, M. G. (2003). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes.

- IBGE. (2008). *Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980 – 2050*. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Revisão 2008, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- MOODY, H. R. (2008). The new aging enterprise. *Occasional papers*. Washington, Academic Affairs, n. 4, p. 1-50.
- MOSQUERA, J. J. M. (1975). *Educação: novas perspectivas*. Porto Alegre: Sulina.
- OAKLEY, P; CLAYTON, A. (2003). *Monitoramento e avaliação do empoderamento*. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis.
- OLIVEIRA, R. C. S. (1999). *Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis*. Campinas: Papyrus.
- _____. (2007). O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 28, p. 278-286.
- OLIVEIRA, R. C. S. et al. (2010). Pedagogia Social: possibilidade de empoderamento para o idoso. In: *III Congresso Internacional de Pedagogia Social*: São Paulo. Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES).
- _____. (2011). *O envelhecimento e a velhice: teorias, demografia e política*. Curitiba: CRV.
- PALMA, L. T. S. (2000). *Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida*. Passo Fundo: UPF.
- PINTO, A. V. (1989). *Sete lições sobre a educação de adultos*. São Paulo: Cortez.
- SILVA JUNIOR, C. A. (2006). Dialética e pesquisa educacional no Brasil. In: CAVAZOTTI, M. A; NEVES, V. F. (orgs). *Práticas pedagógicas: a prática social como mediadora da produção e apropriação do conhecimento*. Curitiba: UTP.

10.24.

Título:

Formação de professores na modalidade da educação a distância: política pública de qualidade?

Autor/a (es/as):

Paschoalino, Jussara Bueno de Queiroz [Bolsista da CAPES – Brasil – Doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade do Porto]

Fidalgo, Fernando Selmar Rocha [Professor da Universidade Federal de Minas Gerais]